



ENTREVISTA COM JOÃO RAMERES REGIS¹

Entrevistadores:

Clara Beatriz Oliveira Moreira²

José Robernilson Moura Maia³

Transcrição:

Sabrina Menezes da Silva⁴

João Rameres Regis é graduado em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, da Universidade Estadual do Ceará - UECE (1993). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2002) e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2008). Atualmente é professor Adjunto K, do curso de licenciatura em História da FAFIDAM/UECE. Professor colaborador do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - Maie/Fafidam/Feclesc, da Universidade Estadual do Ceará- UECE. Tem experiência na área de História, com ênfase em história política, atuando principalmente nos seguintes temas: poder político, memória, cultura política, clientelismo, movimentos sociais e resistência.

¹ Entrevista realizada virtualmente, no dia 12 de agosto de 2024, como uma atividade proposta pelo grupo PET/MEC de História da FAFIDAM/UECE. A atividade visava à realização de entrevistas com historiadores cearenses, de diferentes vinculações teórico-metodológicas, com a finalidade de fazer o registro de suas trajetórias acadêmico-profissionais, sobretudo no campo da pesquisa e do ensino.

² Aluna do curso de Licenciatura em História, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/Universidade Estadual do Ceará, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) de História FAFIDAM/UECE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3438557612155890> Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6652-2249> E-mail: bea.moreira@aluno.uece.br.

³ Aluno do curso de Licenciatura em História, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/Universidade Estadual do Ceará, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) de História FAFIDAM/UECE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2744411290026969> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1855-3845> E-mail institucional: robernilson.maia@aluno.uece.br.

⁴ Aluna do curso de Licenciatura em História, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/Universidade Estadual do Ceará, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) de História FAFIDAM/UECE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2740945597800815> Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0009-4759-3839> E-mail: sabrina.menezes@aluno.uece.br.





1 Primeira parte: Trajetória pessoal

JR: *Gostaríamos que você falasse um pouco sobre sua infância, adolescência e sua vida escolar.*

JRR: Meu nome é João Rameres Regis, eu nasci em Limoeiro do Norte, mais precisamente em uma comunidade rural chamada Arraial, que fica a 7 km do centro da cidade. Iniciei minha vida escolar na própria comunidade. Nessa época, as redes públicas de ensino ainda não eram bem estruturadas. Então eu iniciei com uma professora particular na casa da própria professora. Era uma casa antiga que tinha uma espécie de galpão agregado, onde eu e meu irmão, que somos muito próximos em idade. Na época professora Socorro Castro, a única professora que havia na comunidade. Fizemos a primeira e a segunda série ali.

Depois, na terceira série, a gente foi para a escola pública municipal, que ainda existe, a Escola Reunidas José Alves de Moura. É importante mencionar que meu pai faleceu quando eu tinha três anos, e fui criado pela minha mãe, com a ajuda de meus avós maternos. Em 1977, quando eu tinha dez anos, minha mãe me colocou para estudar numa escola em Limoeiro do Norte, o Patronato, que é o Centro Educacional São Vicente de Paulo, onde fiz a quarta série. Como minha mãe não tinha condições financeiras de manter meus estudos, em 1978, eu me transferi para o Liceu de Artes e Ofícios, que fica próximo à FAFIDAM.

No Liceu, estudei da quinta à oitava série, que era uma escola que matriculava só meninos e oferecia atividades laborais, como marcenaria e eletricidade e outros cursos práticos, tipografia... ainda havia tipografia no próprio Liceu. Terminei a oitava série em 1981 e guardo até hoje uma foto da turma na frente do Liceu, estou eu lá, quase que irreconhecível. Após o Liceu, fui para o Lauro Rebouças de Oliveira, onde havia duas propostas de ensino: um mais técnico e outro que chamávamos de científico, que era aquele segundo grau mais voltado para quem ia prestar exame para o ensino superior.

Minha mãe me matriculou em um curso técnico, que era de auxiliar de administração. Então, as disciplinas necessárias para enfrentar o vestibular, praticamente só víamos no primeiro ano, como química, física e matemática. A matemática do segundo e terceiro ano era mais específica, focando em matemática financeira, vinculada ao curso de administração. Não posso dizer que levei muita



noção disso para o futuro, nas atividades de gestão administrativa, pois não havia muita coincidência com o que víamos naquele período. Concluí o segundo grau em 1984, que na época ainda não era chamado de ensino médio. Essa é a trajetória escolar. Mas a trajetória pessoal segue o percurso de um jovem e adolescente da zona rural. Quando não estava estudando, estava ajudando meu avô e meu padrasto na lida do campo, principalmente no inverno, quando se plantava, de acordo com a estação chuvosa, embora atrás de casa, tivéssemos um sítio com laranjeiras e bananeiras, comuns nas comunidades ribeirinhas. Hoje, essa presença é menor, principalmente pela oferta de água, que é mais complicada do que naquela época. Fora da escola, essa era a vida.

Desde muito jovem, comecei a me envolver em alguma militância social, política e pastoral. Iniciei na comunidade como catequista e, depois, fui para a pastoral da juventude. Participei de clubes de jovens e comecei a me engajar socialmente, além dos estudos. Essa era a vida de um jovem nascido na zona rural de Limoeiro, muito voltada para o engajamento, que nem todo jovem tinha. O lazer consistia em jogar [futebol] nos escavados, naquela terra plana da nossa região. No final da tarde, íamos correr descalços atrás de bola, fazendo calo na sola dos pés com a terra ainda muito quente.

Minha vida de juventude e adolescência foi muito parecida com a dos demais, mas com um engajamento mais restrito. Nem todo mundo envereda por esse caminho, mas eu já vinha me envolvendo primeiramente na organização católica, pois nossa família tem uma tradição católica. Depois, comecei a ensaiar uma militância política e sindical. Desde jovem, era filiado ao sindicato rural, onde minha mãe também era filiada, e eu participava das atividades, sempre mantendo algum tipo de engajamento social, político e sindical.

JR: *Agora, me diga, esse jovem engajado politicamente era também um leitor? Você cultivava o hábito da leitura desde essa época?*

JRR: Minha relação com a leitura começou na escola, com as leituras obrigatórias. Eu tinha uma certa inclinação para as disciplinas de ciências humanas e gostava muito dos livros de história e geografia, principalmente os que tinham gravuras, aqueles que eram mais densos, eram mais complicados. Além disso, meu engajamento me proporcionou acesso a outras leituras, como os manuais de catequese e textos bíblicos que li muitas vezes nos círculos bíblicos da comunidade.



Então essas atividades que exigiam leitura me mantinham à frente, e a catequese que trabalhávamos incluía formações, como a catequese renovada para a primeira eucaristia e crisma, e isso me proporcionou acesso à leitura.

Já a militância política, também me trouxe duas atividades importantes: a leitura e a escrita. Desde muito jovem, lia todo tipo de material produzido pelas organizações políticas das quais fazia parte, como jornais de conteúdo político e algumas cartilhas de formação. Lembro bem da cartilha *Classe contra Classe*, que foi uma das primeiras cartilhas que eu li na juventude. Se alguém tiver curiosidade, pode pesquisar na internet, pois esse material está disponível em PDF. Além disso, fui muito introduzido, quase compulsoriamente, à atividade da escrita, não só para o desenvolvimento pessoal, mas também no contexto do engajamento. Na comunidade, nem todos tinham o que o pessoal chamava de “estudo”.

Então, quando eu participava das atividades, era frequentemente designado para fazer atas, relatórios e notas. Ainda tenho muitas dessas notas guardadas, que produzimos na época do movimento. Com apenas 16 anos, fui secretário de um clube esportivo muito conhecido em Limoeiro do Norte, a Sociedade Esportiva Palmeiras, lá do Arraial, que é uma das instituições de futebol mais antigas do município, fundada em 1953. No ano passado, comemoramos os 70 anos da Sociedade Esportiva Palmeiras. Minha função como secretário incluía redigir as atas das reuniões, assim como as atas de outras atividades do clube de jovens. Embora no movimento político não trabalhássemos com atas, costumávamos produzir relatórios, e geralmente essa tarefa ficava a meu cargo.

Nesse mesmo período, participei da Pastoral da Juventude do Meio Popular e coordenei essa atividade na diocese, representando a pastoral no Regional Nordeste I da CNBB. Então cada diocese tinha um representante e realizávamos encontros diocesanos e regionais. Sempre participei das equipes de relatoria desses eventos. Costumo dizer que esse material da minha época pode dialogar com a ideia de que existem fontes históricas valiosas. Embora muitos desses registros não estejam em boas condições, ainda os conservo. Portanto, minha atividade de leitura e escrita estava intimamente ligada aos processos formativos, tanto na Pastoral quanto na militância, política e sindical. Pouco mais adiante, em 1989 e 1990, nós fundamos a CUT Regional do Vale do Jaguaribe, que era uma comissão pró-CUT para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na região. Eu presidi essa comissão e ajudei a elaborar as teses que iam concorrer no congresso. Já tinha



experiência com leitura e escrita, mas de forma muito direcionada à militância, não à formação acadêmica, que veio posteriormente. Em 1990, eu já havia ingressado na universidade.

JR: *Professor, você relatou uma série de experiências de trabalho, desde os ciclos até a produção de atas, e eu queria saber se, antes de ingressar no curso de História, você exerceu alguma profissão remunerada?*

JRR: Boa pergunta. Na verdade, tanto meu irmão quanto eu recebíamos algum tipo de remuneração por atividades não muito regulares. Trabalhamos prestando serviços, especialmente durante a época da colheita, e eu também trabalhei momentaneamente em padarias. Esses trabalhos não eram regularizados e as remunerações eram esporádicas, mas que dava pra gente se virar na nossa juventude e adolescência. Não havia muita exigência de consumo naquela época. O importante era ter o básico, como roupas, uma bicicleta para andar e, evidente, um trocado ou outro para festa que o adolescente quisesse ir, já era suficiente.

Meu primeiro trabalho regular, com remuneração certa ao final do mês, foi como docente, logo depois que entrei na universidade, meio tardiamente, em 1990, eu já tinha 22 anos, prestes a fazer 23. Meu primeiro trabalho regular foi no Colégio Diocesano, onde entrei como professor de História, já que na época só tinha o segundo grau. No mesmo ano, comecei a dar aulas na Escola Normal, principalmente para as quintas e sextas séries, que era a minha paixão, e também no quarto ano normal.

Além disso, havia um cursinho pré-vestibular, em 1990, chamado Ângulo, que funcionou apenas em 1990, e eu ministrei aulas de História nesse cursinho no período noturno. Depois, o cursinho deixou de existir, e nós que éramos professores desse cursinho, lembro de alguns colegas, como Edgardo, Washington e Ana Maria, com quem trabalhei nesse período, nós nos reunimos quando o Ângulo fechou e abrimos nosso próprio cursinho pré-vestibular, chamado Cosmos Vestibulares.

O Cosmos durou um tempo. Depois que cada um de nós foi saindo, paulatinamente, o Professor Washington assumiu as atividades e continuou com a experiência, mudando o nome posteriormente. Assim, minhas atividades remuneradas estavam associadas à atividade docente no Ensino Fundamental e Médio, como já mencionei: Colégio Diocesano, Escola Normal, Ângulo e,





por fim, Cosmos. Foi nesse ambiente que passei a planejar e criar um horizonte de expectativas em relação à minha própria vida, buscando me estabelecer e investir nessa trajetória.

CB: *Como surgiu o seu interesse pela História? Você teve apoio da família após essa decisão? Como era o curso de História naquela época? Era muito popular?*

JRR: Bom, são duas perguntas em uma. Primeiramente, sobre meu interesse pela História: essa inclinação surgiu naturalmente, dado meu envolvimento em militâncias sociais, políticas e sindicais. Ao concluir o segundo grau em 1984, prestei vestibular para Pedagogia, mas não passei e fiquei de 1984 a 1988 sem prestar vestibular, muito mais envolvido em atividades de militância. A Pastoral era diocesana, e eu circulava por várias paróquias da região do Vale do Jaguaribe. Em 1988, meus companheiros de militância me incentivaram a prestar vestibular. Coincidentemente, estava em Fortaleza para uma atividade política quando um colega me ajudou a fazer a inscrição. Já tinha decidido que queria fazer História por conta das minhas vivências.

Prestei vestibular em 1988 e passei, isso era 1988.1. O curso era diurno, eu não cursei o 88.1, porque eu queria cursar no noturno, porque eu precisava desse tempo extra para continuar com minha militância. Iniciei o curso em 1988.2. O curso de História naquela época era bastante diferente do que temos hoje, desde a matriz curricular até o projeto pedagógico, que vinha do final dos anos 70. Quando entramos na universidade, antes de termos contato com as disciplinas profissionais, os dois primeiros semestres eram dedicados a matérias básicas. Durante esse período, não tínhamos aulas de História; éramos expostos a Comunicação e Expressão, Matemática, Estatística, Sociologia e Economia Política. No segundo semestre, havia inglês instrumental e mais matérias de Comunicação.

Apenas no terceiro semestre começamos a ter acesso às disciplinas de História, com a Introdução aos Estudos Históricos. Se tiverem curiosidade, podem pesquisar sobre nosso curso, acessando pastas e mapas de notas dos alunos desse período. A matriz curricular e o projeto pedagógico eram bastante diferentes, especialmente porque não tínhamos o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para a integralização do curso, isso só veio entrar no currículo posterior. Alguns textos que usávamos eram antigos e, muitas vezes, não tínhamos acesso às referências bibliográficas, resultando em uma formação básica muito incipiente. A oportunidade de acessar



livros era restrita, e durante todo o meu curso, adquiri apenas um material bibliográfico, que comprei para um encontro do movimento estudantil, do qual também participei.

Ao longo dos quatro anos de curso, tive muitas dificuldades na formação inicial, que ainda repercutem na minha profissão hoje. Me formei em 1993 e já era professor, tendo começado a lecionar no segundo semestre do curso. Apesar de não ter passado pelas disciplinas de didática e estágio, já estava assumindo aulas em escolas da rede particular, como o Colégio Diocesano e a Escola Normal. A formação era incipiente, por exemplo: o livro que adotava no colégio, *História das Sociedades*, de Rubim Santos Leão, era o mesmo utilizado na faculdade. Esse livro abrangia História das Sociedades Antigas, Medievais e Modernas, além de um volume único sobre a História das Sociedades Brasileiras. Recentemente, na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, utilizei uma unidade de Eco-história, disponibilizando para os alunos entrevistas de autores da historiografia universal e brasileira.

Uma dessas entrevistas, a de Rubim Santos Leão, mexeu muito comigo, pois era uma parte importante da minha trajetória acadêmica, e o livro que usei como referência foi também o que trabalhei com meus alunos no ensino médio. Nas disciplinas de História Geral, utilizei material didático de Joel Rufino dos Santos, um renomado historiador brasileiro que enfrentou diversos problemas devido à sua condição racial. Ele escreveu livros didáticos que eram adotados por mim e pelos alunos, além de ler entrevistas de historiadores como Rubim Santos Leão e Joel Rufino. Essas leituras trazem à tona memórias interessantes e mostram a importância desses historiadores na trajetória de muitas pessoas. Minha formação, no entanto, apresentava fragilidades, mas o material que usava na faculdade não era acadêmico, mas didático, destinado ao ensino médio. Os livros de Rubim Santos Leão são textos muito bons, eram densos e de uma perspectiva marxista, enquanto minha leitura sobre a história do Brasil se restringia quase que exclusivamente ao manual de Leôncio Basbaum, também marxista, que abrangia a história colonial, imperial e republicana.

Após me formar, busquei recuperar essas lacunas de forma autodidata, fazendo uma especialização em Teoria da História. Um professor chamado Daniel Pinheiro, que não era historiador, foi fundamental para a criação do PET e coordenou esse curso de especialização, que ocorria em Fortaleza. Durante essa especialização, tive acesso a uma bibliografia historiográfica que não conhecia antes, incluindo autores como Robert Thompson e Jacques Le Goff, que se tornaram essenciais na minha formação. Entrei na especialização em 1994 e enfrentei dificuldades para



elaborar a monografia, já que não tínhamos a experiência de pesquisa necessária. Coincidentemente, nesse mesmo período, surgiu uma vaga para professor substituto na FAFIDAM, no início de 1994. Tive dificuldades com a escrita acadêmica e com provas, mas concorri e passei no concurso para Professor Substituto, o que foi um avanço significativo.

Para recuperar o atraso, mergulhei em estudos autodidatas, comprando livros e lendo autores que conheci durante a especialização. Montei uma rotina de estudos, abandonando atividades em algumas escolas para me dedicar mais ao aprendizado, já prevendo futuros concursos para vagas nas universidades. Minha paixão pela História cresceu à medida que me envolvia no curso, apesar das dificuldades. Naquele contexto, eu era considerado um bom aluno, mas as exigências eram mais baixas, era fácil ser um bom aluno naquele contexto. Também atuei no movimento estudantil, como representante do Diretório Acadêmico, que na minha época era uma instituição da faculdade, e fui parte do DCE da Universidade Estadual do Ceará. Tenho alguns materiais dessa época guardados.

Para finalizar essa pergunta, a decisão pela história já foi muito próxima desse vestibular em 88, depois de ter passado quatro anos afastado das atividades, digamos assim, de estudos escolares e etc. Na época que eu ingressei, vou fazer um outro comentário, era muito diferente de hoje, em 89 eu já tinha 22 anos, diferentemente de hoje, que os nossos alunos têm ingressado na universidade cada vez mais novos: 17, 18 anos, 16, são alunos muito jovens, recém-saídos das escolas da rede pública. No caso da FAFIDAM, na sua grande maioria, assim como eu, também vinha da rede pública. Na minha época não, era o pessoal que chegava na universidade já com uma certa idade, muitos já tinham um outro tipo de profissão, a universidade não era um meio de sobrevivência, para muitos era mais pra ter um curso superior, quando muita gente já estava empregado em alguma coisa.

Claro, alguns da minha geração que, inclusive, são professores hoje, também só puderam fazer uma trajetória profissional por conta dos estudos acadêmicos, por conta da FAFIDAM. Então muitos professores que militaram comigo na área do ensino, lá no final dos 80, início dos 90, todos eles vinham da FAFIDAM, dos diferentes cursos: História, Geografia, Ciências licenciatura curta, porque ainda não era dividido em Química, Física, Biologia, e Matemática, era um curso de Ciências, uma licenciatura de 2 anos. Mas todos esses colegas que eu mencionei aqui, que ajudaram na minha trajetória, que iniciaram comigo um ano antes, um ano depois, que ajudaram a fundar o Cosmo Vestibulares, todos eles vinham da FAFIDAM. Também chegou o momento, acho que dos

80 para os 90, que há uma mudança na FAFIDAM, no tocante ao fato de que aquelas pessoas formadas, são as pessoas que vão construir as suas trajetórias profissionais, eu acho que passa a ser mais forte a partir desse período, é uma percepção que eu tenho.

2 Segunda parte: Trajetória profissional

CB: Prof. Rameres, o senhor nos relatou um pouco sobre as suas experiências e sobre os autores que te acompanharam durante a graduação, mas quais são os autores que te acompanham hoje na atualidade? Como ocorreu o encontro com esses novos autores?

JRR: Olha, na verdade, a gente vai ficando mais eclético, embora a gente vá aprofundando, vá se especializando, aí tem a ver com a pós-graduação. Quando eu fui para a especialização, eu tava perdido em relação à monografia que eu deveria fazer na especialização. Então é a partir daí que eu começo a delinear um pouco as minhas escolhas. Eu tinha uma ideia vaga que vinha da época da graduação, que era uma identificação e uma curiosidade maior sobre os acontecimentos no Brasil, a partir dos anos de 1930. Mas eu tinha um especial interesse pela Ação Integralista Brasileira, até porque, aqui na vizinhança, eu tinha contato com pessoas idosas, uma pessoa que também era do movimento sindical e que, no passado, havia sido muito próxima da Ação Integralista Brasileira, da AIB. Então é a partir daí que eu começo a delinear as minhas escolhas.

O professor Olivenor, inclusive, foi o meu orientador nesse período, quando eu terminei a especialização eu já estava trabalhando, eu já estava na universidade, a quem eu agradeço. Então, uma vez escolhida a Ação Integralista Brasileira, eu começo a delinear também a minha perspectiva de trabalho que é a História Social e a História Política. Então eu vou para toda aquela literatura mais específica, sobre a Ação Integralista Brasileira, vou para uma literatura mais específica, não só de historiadores, mas, de uma maneira geral, para os pensadores que trabalhavam com aquele que nós chamamos de o pensamento social brasileiro de matriz conservadora.

Os intérpretes de autores ditos conservadores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, eu fui chegando primeiro pelos intérpretes, aqueles que estudavam a história da Igreja. Aí eu passei a me interessar por uma literatura não de religiosidade, mas da instituição, da Igreja e sua vinculação com o Estado, porque na verdade era um movimento, mesmo que um movimento político, ele tinha uma



base no catolicismo social muito forte. Aí eu vou direcionando as minhas escolhas para a história política, e isso coincidiu depois com meu mestrado. Eu entrei na FAFIDAM como professor substituto, em 1994, e como professor efetivo em 1995, eu já estava na especialização. Então o material que eu estudava na especialização, Le Goff, Hobsbawm, pessoal da nova história, o pessoal da história social inglesa, esses autores que eu tomei conhecimento na especialização, eles foram fundamentais para montar meu roteiro de estudo para passar no concurso.

Então, dia 5 de agosto de 1995 eu tomei posse como professor efetivo. Então, 29 anos fez agora, no dia 5 de agosto. Olivenor e eu tomamos posse no mesmo dia, na sala dos professores que ainda hoje é sala dos professores, mas que tinha uma configuração completamente diferente. Na época, o Reitor que nos deu posse era o Petrola [Professor Paulo de Melo Jorge Filho]. Então, naquela sala, muitos professores, que estão hoje na FAFIDAM, tomaram posse nesse mesmo dia, que foi o mesmo concurso para preenchimento de vaga.

Assumi uma vaga no setor de estudo de Teoria da História e fui empurrado para ministrar tudo quanto era disciplinas, mesmo tendo passado em teoria. Eu fui ministrar a aula de Introdução à Economia Política, aí eu tinha que ler os autores da economia política, ministrei aula de Brasil, ministrei aula de História Social, Econômica e Política do Brasil, lá no curso da Geografia. Então eu fui sendo meio que empurrado para ministrar qualquer disciplina que tivesse sem professor, não se respeitava muito a vocação do próprio indivíduo, ou [a área de] estudo ao qual o indivíduo estava vinculado.

Mas também coincidiu, quando eu ingressei, com a reforma curricular. Então, aquele velho currículo, no qual eu fui formado, já não era o mesmo currículo que eu tive que trabalhar assim que eu ingressei na FAFIDAM. Em 1992 teve uma que nós chamávamos Reforma Curricular, na verdade, era um novo projeto pedagógico que, na época, a gente chamava Projeto Político Pedagógico, era PPP, não era PPC como nós chamamos hoje. E eu já trabalhei nesse novo currículo que tinha monografia como uma exigência para conclusão do curso. Isso foi muito complicado lá no início. Eu mesmo, que estava ainda fazendo monografia, talvez não tivesse ainda habilitado para fazer orientação.

Mas em 2000 eu fui para o mestrado, aí as coisas começaram a se direcionar melhor. Eu fui da primeira turma de Mestrado da UFC, continuei com o mesmo objeto de trabalho, a Ação Integralista Brasileira em Limoeiro do Norte, fui orientado pela professora Ivone Cordeiro Barbosa.



Então, eu fiz um trabalho basicamente de história oral, mas eu tive uma formação muito boa com os professores do mestrado, ampliou bastante o leque de leitura e aquisição de livros. Então, se vocês olharem, tem muitos livros que eu adquiri nessa época, entrei em contato com uma literatura muito vasta que, para mim, foi fundamental. Voltando do mestrado, para assumir a sala de aula, voltei numa outra condição.

Então, o Rameres se autoavaliando, no início da sua trajetória como professor universitário, antes do mestrado é uma coisa, e, depois do mestrado, é outra. Eu acho que ele tem uma inflexão maior do que o próprio doutorado, porque o doutorado é uma continuidade, mas o mundo se abre mais para mim, do ponto de vista dessas questões historiográficas, com o mestrado. Então, se eu vinha correndo atrás de forma autodidata preencher uma lacuna ainda da minha formação inicial na especialização e na atividade docente, porque na atividade docente eu me via obrigado a acessar uma bibliografia que eu não tinha tido acesso quando era aluno, mesmo na especialização. Então, o mestrado ele foi esse grande momento.

Então, eu comecei sendo colocado pelas coordenações de curso para ministrar qualquer uma das disciplinas. Depois, quando professora Zilda [Zilda Maria Meneses Lima], que foi nossa professora aqui [FAFIDAM], depois transferida para a UECE-Fortaleza, assumiu a coordenação do curso, nessa época ela já se preocupou mais em me lotar, me retirando, inclusive, das disciplinas que não eram propriamente da História, como Introdução à Sociologia, Introdução à Economia Política, embora fossem disciplinas que eu dominasse com certa facilidade, porque eu tinha sido, durante a graduação, monitor da disciplina de Introdução a Sociologia e Introdução à Economia Política, na época ministrada pelo professor Horácio Frota, que era quem ministrava essas disciplinas. Então a monitoria também foi muito importante, tanto para docência, como para passar no vestibular, isso me deu pontos no currículo.

Na época foi importante, porque o meu concurso, a grande maioria não tinha mestrado, todos só tinham graduação. Então, como eu já tinha os créditos da especialização e monitoria na graduação, ajudaram na hora da avaliação do currículo. Então, eu fui me especializando nessa área. Depois eu comecei a assumir as disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos, aí começo a introduzir autores como Koselleck, Hartog. Como já vinha trabalhando com Edward Carr, com Block, aí a gente foi ampliando bastante os interesses pela leitura.



Quanto à minha atividade de pesquisa, faço muito investimento em leitura de história política e de pensamento social brasileiro. Na atividade docente, eu gosto desse debate dos historiadores que lidam com a teoria da história. Então, teve uma hora que eu refinei mais. Mas, agora, voltei a abrir o leque, até porque eu estou já enveredando por outros interesses, não mais pela Ação Integralista Brasileira que eu já, de certa forma, dei a minha contribuição historiográfica, embora eu ainda possa retornar esse campo de estudo, pois ainda tem muito material guardado.

Mas eu tenho um capítulo da minha trajetória, não sei se vocês vão perguntar, que é o da gestão, porque, de certa forma, acabou me tirando um pouco, não sei se foi dificuldade minha, se dava para conciliar, mas acabou me tirando um pouco da produção acadêmica propriamente dita.

CB: Professor, o senhor expôs um pouco sobre a sua atividade docente, sendo assim, nós gostaríamos de saber qual a experiência de ensino e em gestão, se você se sentir à vontade em falar, mais marcou a sua vida?

JRR: Difícil falar, porque na verdade, tudo é muito marcante. Eu acho que eu tive uma experiência muito bacana lá no início, quando eu disse que pegava todas as disciplinas. Eu ministrei disciplinas de estágio nessa época, era Estágio I e Estágio II, somente. Então isso me permitiu circular para observação de estágio em vários municípios da região do Vale do Jaguaribe, pude ter contato com as escolas. Mas teve uma experiência muito bacana nessa trajetória que foi de 99 para os anos 2000. A nova LDB previa que não deveria haver professores sem formação básica, sem formação inicial universitária, o chamado “professor leigo”, era assim que nós chamávamos.

Então, a Universidade Estadual do Ceará criou um núcleo chamado NECAD, que era o Núcleo de Educação à Distância, que depois vai dar suporte ao EAD e à Universidade Aberta do Brasil. Quando a universidade adere ao programa da Universidade Aberta do Brasil, a UECE já tem essa experiência anterior. Nessa época, o NECAD, em parceria com prefeituras, abriu vários cursos de formação de professores em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, com as secretarias municipais. Então, muitos municípios ofereceram cursos de formação de professores em várias áreas. Eu coordenei dois cursos nessa área, um que aconteceu em Russas, para duas turmas, e outro que aconteceu em Palhano, para uma turma.



Então, essa experiência de coordenar e ministrar aula nesses cursos foi muito bacana, porque também era o pessoal que estava em sala de aula, mas que não tinha a formação. Então, era um curso de formação de professores com duas habilitações, uma mais voltada para linguagens e códigos, para área da Língua Portuguesa, e, outro mais voltado para as áreas das ciências humanas. Então, foi uma experiência muito enriquecedora por conhecer a rede municipal, estadual, um grupo de professores que a gente lidava todo final de semana, porque os cursos eram ministrados aos sábados e aos domingos. Não tinha monografia, mas tinha um memorial descritivo que eu participei muito das orientações desses trabalhos.

Então, foi uma experiência bastante enriquecedora e dentro da universidade. É evidente que na sala de aula nós tivemos muitas experiências. É evidente que quando nós elaboramos um plano de trabalho, nem sempre sai do mesmo jeito que foi aplicado no semestre anterior. Às vezes você faz uma experiência, como eu fiz uma experiência riquíssima de eco-história com os alunos, mas quando a gente tenta colocar, isso serve até para uma reflexão da atividade docente, a mesma atividade no semestre seguinte, ela não surte o mesmo efeito, não tem a mesma receptividade, então isso varia.

Às vezes, uma atividade de pesquisa como parte da própria disciplina, por exemplo: teve uma atividade agora, em Introdução aos Estudos Históricos, como os meninos fizeram a leitura (falo assim de forma carinhosa, os meninos, as meninas, porque são novos demais, eu já tenho uma certa idade), quando eles leram os trabalhos de eco-história, a gente fez algo parecido com o que vocês estão fazendo aqui, eles retornaram às escolas para fazer um trabalho com os ex-professores deles de História, fazendo perguntas mais ou menos como essas, o interesse pela história, falar um pouco da trajetória profissional deles e tal. Às vezes esses trabalhos podem, a partir da nossa intencionalidade, quando planejamos, podem surtir o efeito desejado, mas podem também ser trabalhos que acabam sendo bastante interessantes.

Mas, dentro da atividade acadêmica, eu acho que tem algo bastante importante na minha experiência: a coordenação das Semanas de História, quando eu era coordenador do curso, e, minha passagem como tutor do PET-MEC de História, também considero uma experiência muito importante na minha trajetória.



JR: Prof. Rameres, eu acho que você já esboçou um pouco, mas eu gostaria que você desenhasse, especificamente, o motivo (ou os motivos) que o levou para uma pós-graduação, falando em termos de mestrado e doutorado.

JRR: Olha, assim que eu ingressei na universidade, como eu disse, eu estava na especialização e eu sempre tive a clareza do que nós poderíamos ofertar de melhor para o nosso público ingressante na universidade, que são os nossos alunos, é a nossa própria qualificação. Eu até retardei um pouco a saída para o mestrado, até porque não havia a oferta de mestrado próximo. Então, quando abriu o mestrado da UFC, foi em 2000, já concorri para a seleção daquela primeira turma. Então, eu fui muito impulsionado pelo fato da chegada do mestrado na UFC. E, quando eu concluí o mestrado, que retornei, eu pensei que ia demorar um pouco a SAIR para o doutorado. Mas, nasceu, na época, um plano que chamava PQI, que era um Plano de Qualificação Interinstitucional para formação, qualificação de professor, um programa da Capes.

Então, a Universidade Estadual do Ceará, na área de História, elaborou um plano de qualificação institucional com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, eu tinha voltado do mestrado.

Quando eu cheguei, tive que assumir a coordenação do curso de História. Foi quando surgiu o PQI. Aí, teve uma turma que saiu no início de 2003, muitos professores da UECE como professor Altamar Muniz, a professora Zilda Lima. Então, aproveitando o PQI, eu tinha voltado [do mestrado] em 2002, no final do ano de 2023 fui aprovado e iniciei o meu doutorado em março de 2004 lá no Rio de Janeiro. Havia um outro colega também da UECE, que já faleceu, que era o professor Edilberto Reis, ele era da FECLESC.

Lá [UFRJ], eu fui orientado pela professora Maria Paula Araújo e continuei com a pesquisa sobre a Ação Integralista Brasileira, investigando como o movimento se espraia para o interior do Ceará e qual o vínculo que a Ação Integralista Brasileira começa a estabelecer com a própria estrutura coronelística e clientelista no interior do Estado do Ceará, pois essas lideranças vinham desses mesmos nichos políticos etc.

Mas nunca tive dúvida que nós, professores universitários, temos que investir na nossa própria qualificação. Essa clareza a gente passa a ter quando mergulha no universo do mundo acadêmico, não tem como não se qualificar. Você não fica 30 anos na universidade fazendo a mesma



coisa e discutindo a mesma coisa o tempo todo, porque o debate historiográfico se renova cotidianamente. Eu falo cotidianamente como força de expressão, mas é muito rápida a transformação. Os contextos sociais, políticos interferem também na universidade que, muitas vezes, cobra da universidade mudança de posturas, do ponto de vista acadêmico, de responder a determinadas exigências da sociedade. Então não tem como você não investir na qualificação.

JR: *Do ponto de vista epistemológico, a qual opção teórico-metodológica você mais se vê filiado?*

JRR: Eu não gosto muito dessas filiações, porque eu acho que elas amarram, para mim elas só têm sentido... eu queria até fugir dessa pergunta, mas justificando, argumentando, não é fugir simplesmente por fugir, não estou fugindo. Eu acredito que isso só tem significado no ambiente da disputa acadêmica, porque dentro da organização da comunidade dos historiadores, como a Associação Nacional de História, que é a ANPUH, que tem seus encontros, seu simpósio nacional, seus encontros estaduais (acabou de ter um encontro estadual lá em Crateús, em que os petianos estiveram lá), então a ANPUH, da qual eu fui presidente, trouxemos o Encontro Estadual em duas oportunidades aqui para a FAFIDAM, essas opções são muito mais para você se colocar dentro de determinados quadrados.

Hoje o negócio é tão complicado que, dentro do GT de História Política (eu faço parte do GT de História Política), já tem o GT dos historiadores do integralismo, tem um GT dos historiadores que estudam com os regimes autoritários, quando tudo deveria estar dentro de história política. A coisa vai segmentando de uma forma que esses enquadramentos não são tão salutares. Estão mais para demarcação de territórios, correr atrás de publicação, projetos para laboratórios de estudos, essas coisas todas. Mas no geral, já que vocês me cobraram, talvez eu tenha uma identidade com a História Social, mais puxada para a História Social inglesa, mas eu leio tudo, sou um cara eclético desse ponto de vista.

Como eu estou na área de teoria, eu gosto muito da perspectiva de alguns historiadores, da forma como eles interpretam. Tenho me reaproximado de umas leituras que tratam de uma revisitação ao historicismo. Para mim é passear, cheguei num momento que gosto muito mais de dar passeios, do que mesmo dizer que eu defendo essa perspectiva teórico-metodológica. Claro que eu tenho um recorte da História Política muito voltado para o estudo do Estado e das instituições. Eu



gosto de orientar trabalhos que sejam nessa pegada. Mas, claro, quando eu falo de História Política, eu estou trazendo muito mais para o início da renovação da História Política, iniciada pelos franceses com o René Rémond, que vem se desdobrando bastante. Mas também lendo outras perspectivas, da chamada História Política.

Essas perspectivas teórico-metodológicas e essas definições, vejo muito mais como como demarcação de fronteiras, porque todo mundo passeia em vários espaços, em várias áreas, então história social da cultura, talvez seja aquilo que mais se aproxima do que eu faço, porque não se pode menosprezar a dimensão da cultura. Eu sou muito interessado por uma perspectiva que tenha uma dimensão fática, eu nem sei onde isso se enquadra, em que a fonte seja a baliza. Mas não a fonte assumindo o papel de sujeito e sim numa relação dialética do historiador com seu próprio material, com suas próprias leituras e não cair naquilo que nós chamaríamos de empirismo, aonde a fonte se impõe às análises do próprio Historiador. Então o historiador tem que ter muito cuidado em relação a isso.

Mas, também, o historiador não deve ter a resposta pronta. Então, é um processo transformador do objeto e do sujeito no processo da pesquisa, isso está em várias perspectivas: em uma perspectiva empirista, está nos diversos cercados; como, também, uma perspectiva subjetivista está nos diversos cercados, nas diversas fronteiras traçadas. Então, varia muito de historiador para historiador, mas é nessa perspectiva que eu busco trabalhar.

JR: *Você comentou sobre participar de engajamentos políticos, como professor-pesquisador você participou ou participa de algum movimento de caráter sociocultural e/ou político sindical?*

JRR: Algo que sempre me acompanhou a vida toda foi algum tipo de militância política, militância política e social. Não deturpar e achar que militância política é só o partido político. Eu estive muito fora de partido político quase a vida toda, embora tenha tido militância em partido político em algum momento da minha vida. Mas sempre respondeu às minhas necessidades pessoais a militância social no movimento social, popular etc. Isso me levou, inclusive, para a militância no movimento estudantil quando estava na universidade. Mas eu continuo com muitas atuações, por exemplo: a própria ANPUH não é um movimento estritamente acadêmico, presidir uma associação de história é um movimento que faz o vínculo entre o acadêmico e o político, porque tem que se



posicionar como uma associação frente ao regramento que surge, do ponto de vista federal, no tocante a nossa própria profissão.

Veja como foi importante a ANPUH para a regulamentação da nossa profissão. Então isso foi uma batalha que veio desde dos anos 1960, para acontecer agora em 2020/2021, não me recordo bem a data. Então a ANPUH teve nessa frente de batalha desde 1961 pela regulamentação, pelo reconhecimento da profissão que veio tardando. Foi um debate longo demais até a publicação da lei. E dentro da universidade, por exemplo, existe aquilo que nós chamamos de representação externa, você representa a universidade em alguns espaços, em alguns ambientes.

Então, há uns cinco anos, mais ou menos, foi perto de quando eu estava encerrando a minha gestão como diretor, eu represento a FAFIDAM no comitê de Sub-bacias regionais do baixo Jaguaribe, onde nós temos um debate muito intenso sobre: a questão dos recursos hídricos, então um debate sobre outorga de água, um debate sobre água superficiais, sobre água subterrânea, sobre a legislação que regula tudo isso, as disputas pelo acesso à água que é um bem comum. Então nós estamos bem no meio do furacão desse debate. E como desdobramento, acompanhei a comissão do comitê gestor da Estação Ecológica do Castanhão, que pertence ao Isk Bill, que é o Instituto gerenciado pelo Instituto Chico Mendes. É a única Estação Ecológica aqui na região do Vale do Jaguaribe, e, agora, foi regularizada a representação externa, que ficou com a professora Janaína Andrade, fiquei apenas na suplência, mas acompanhei esse processo.

Tenho também acompanhado, de forma voluntária, eu costumo me apresentar publicamente como um agente voluntário da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, que acompanha tanto as injustiças sociais, hídricas e por terra, aqui na região do Vale do Jaguaribe, como também acompanhamos projetos de Economia Popular solidária, acompanhando quintais produtivos agricultura de transição agroecológica. Por isso que eu disse, em algum momento, que eu tenho redirecionado o meu interesse. Hoje eu estou muito voltado para, em uma proposta de pós-doutorado, trabalhar essa questão da dimensão do Rio [Jaguaribe], claro que ainda falta muita clareza, no tocante ao recorte temporal-espacial, mas venho trabalhando nisso, porque é um pouco a pegada do que eu estou fazendo nesses espaços de representação.

Então, militância política e social sempre foi uma tônica, sempre esteve muito presente, muito embora eu não tenha, muitas das vezes, casado a minha atividade fora da universidade, com o da universidade. Como eu estava lá na história política, andei contribuindo com alguns materiais



que subsidiam a luta, como por exemplo, a produção do almanaque do Vale do Jaguaribe (que) foi publicada em 2012. Ele é todo voltado para a área da memória, das lutas, dessas coisas todas, mas eu nunca casei muito a atividade acadêmica com atividade da militância. Se eu o fizer, vai ser agora, tentando trazer para esse debate sobre a historicidade do rio, em algum momento. Então vai ser já no final da minha carreira que eu vou fazer um link da minha militância, com um trabalho mais acadêmico, esse é o meu desejo, mas sempre foi uma tônica. Então, tem um conjunto de atividades que eu faço fora da universidade, que representa essa pegada desse compromisso com o social.

CB: *Prof. Rameres, como você definiria a condição histórica da humanidade?*

JRR: Você falar de humanidade, eu lembrei do Nelson Sargento que é um grande poeta, cantor, manguense, que diz assim: “a humanidade não é tão humana, cada um se defende com mais avareza, ninguém se ajuda, ninguém se irmana, busca o lenitivo na mãe natureza”. Então, o lenitivo na mãe natureza está cada vez mais difícil, mas a humanidade já não é tão humana, os últimos processos políticos que nós acompanhamos, com ascensão, inclusive, de movimentos neofascistas no mundo todo. Eu estudei um movimento de natureza fascista, que era Ação Integralista Brasileira, se eu tivesse feito o meu doutorado em 2018, com certeza teria chegado a conclusões diferentes a que cheguei na minha tese em 2008. Veja como os contextos sociais, políticos do presente interferem no trabalho e na forma como nós nos dirigimos às fontes, às questões que nós colocamos para elas.

Em 2008 não havia, pelo menos para mim, sinais de uma retomada neofascista, do fascismo, então seria outro caminho de pesquisa. Isso serve até como exemplo para a gente que faz as monografias, essa reflexão de como a história não é o estudo do passado, mas é do homem no tempo, como diria o Marc Bloch. Então, veja, eu estou citando um exemplo que tem uma distância de uma década. Eu concluí meu doutorado em 2008, se eu estivesse fazendo esse doutorado agora, eu poderia ter usado o mesmo material que eu utilizei do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, os relatórios que estavam na [Biblioteca] Meneses Pimentel, dos governadores, se eu tivesse utilizado os jornais que eu utilizei, *A Razão*, *O Nordeste*, eu teria colocado outras questões.

Por isso que a história, enquanto ciência, vai passando por um conjunto de transformações que, muitas vezes, não são processos internos, avanços tão somente internos da ampliação, da noção



do uso dos materiais, mas contextos também influenciam, esses contextos externos. Eu teria colocado outras questões. Mas isso para dizer que a ascensão, na minha avaliação do fascismo, em vários países europeus, mas espalhando pelo mundo como todo, uma forte ascensão disso nos Estados Unidos, então prova sim uma certa desconfiança de que a humanidade ela vá se depurando ao longo do tempo. É preciso muita atividade política, choque de realidade, porque não dá para acreditar tanto. Então, pegando aqui os versos da música do Nelson Sargento, quando ele diz “buscar o lenitivo na natureza”, nem isso, porque hoje, se nós colocarmos no centro dos problemas humanitários está a crise climática ambiental.

Então hoje, tem pesquisas que dizem que em 50 anos determinadas regiões do planeta se tornarão inabitáveis se continuar da forma que está. E os projetos que vendem para nós, são todos projetos destrutivos: ampliação da produção agrícola é assentada num pacote de venenos, um pacote agrícola que a gente chama, que vai do adubo, do preparo da terra, até o uso do agrotóxico; os projetos de energia nuclear, projetos todos que são complicados, até os chamados energia limpa são projetos que não tem reduzido, por exemplo, o combustível fóssil. Então se fizermos uma pesquisa, tem avançado muito a produção da energia eólica, da energia solar, mas não tem diminuído a produção da energia oriunda dos recursos fósseis, daquilo que a gente tem.

Então combustível fóssil que é o petróleo e tal, que é a máquina que gira o mundo, então a gente poderia colocar até num tripé quem domina o mundo: é o capital financeiro, a indústria automobilística e petrolífera, altamente destrutivas em todos os aspectos. Até a chamada energia limpa, ela é limpa enquanto produção, mas ela é suja do ponto de vista dos seus processos. Há até uma categoria hoje, que alguns historiadores da História Agrária utilizam, que é o novo latifúndio das energias eólicas. No Rio Grande do Norte, 5% do território hoje é privatizado para a instalação dos parques eólicos, são os novos latifundiários que, inclusive, vendem um sonho para que você venda lá a sua terra e entregue para montagem de um parque eólico, como se você fosse receber mensalmente um valor capaz de te sustentar até o resto da vida, mas isso é só no início.

A energia eólica *offshore*, instalada no mar, já tem trazido sérios problemas para as áreas pesqueiras, assim como a eólica *onshore*, colocadas em terra, tem trazido vários problemas de adoecimento. É um debate inconcluso, mas acho que tem que ter muita resistência e enfrentamento. Só para termos uma ideia, muitas empresas que vêm instalar esses parques *offshore* aqui, eles não podem instalar, por exemplo, na Noruega. Não instala lá porque a lei não permite, lá não pode, aqui



pode. Então todas elas são empresas estrangeiras, chinesas, norueguesas, franceses, alemãs. Então, por lá eles não podem, porque há uma regulamentação mais exigente, mas aqui há uma flexibilização, há governantes flexibilizando. É muito complicado.

Essa pergunta: o que você pensa da humanidade? A humanidade, nós vivemos um momento complicado, e o momento de ascensão de coisas muito estranhas, do ponto de vista político, vinculado também a dimensão religiosa, o uso da religião, que também nunca deixou de ser, mas pensávamos que pudéssemos ter outros níveis de esclarecimentos numa sociedade que ganhou e que progrediu do ponto de vista da comunicação, que acaba não comunicando, aí tem outro debate por trás disso também.

CB: *Prof. Rameres, nessa perspectiva, o que significa para o senhor, ensinar História e ser historiador no século XXI?*

JRR: Olha, ensinar História e ser historiador no século XXI, parece ser um pouco mais desafiante, por quê? Porque o trabalho do historiador requer um tempo de maturação, de amadurecimento. Então, os colegas que me escutam, que tá aqui, sabe disso, nós mesmos, nós começamos de forma muito incipiente, muito verdes, nós vamos nos tarimbando ou, digamos, tendo um *taille*. Para dizer que somos verdadeiros historiadores e professores de história, só com um certo tempo, é muito trabalho e muita experiência de produção, de pesquisa e de escrita, que leva ao amadurecimento, tornando-os capazes de dominar o raciocínio histórico, a reflexão histórica com certa segurança. Porque raciocinar historicamente, que é próprio da nossa ciência, não é tão fácil. Então, parece ser desafiador, porque nós concorremos com a informação. Parece que a informação viria a nos ajudar, mas a informação pode ser um dos gargalos que dificultem nesse processo de amadurecimento.

E a informação aligeirada, que está lá no WhatsApp, que circula velozmente, que eu li de manhã já não sei mais o que li no final da tarde, isso gera uma dificuldade. Esse, eu acho, que é o grande desafio. Hoje o nosso aluno tem dificuldade lá no Ensino Fundamental e Médio de ler um texto de dez páginas. É evidente que quando ele ingressa e passa por um processo do primeiro semestre, ele vai adquirindo a disciplina para fazer essas leituras. Mas uma grande dificuldade ele tem, porque que nós lemos trechos curtos. Lemos apenas a manchete das matérias que publicam

rapidamente? Sequer mergulhamos nos textos, embora circule algumas coisas interessantes, eu acho que esse é o grande desafio. Então, é desafiador, mas o desafio que nos anima, não pode aparecer o desafio como algo a nos travar, mas algo mesmo a nos desafiar

JR: Prof. Rameres, como você define sua relação com seus alunos?

JRR: Essa pergunta seria melhor fazer a eles, mas eu vou arriscar responder. Então, a minha relação é com os alunos no primeiro semestre de Introdução aos Estudos Históricos, no máximo segundo semestre com Teoria da História I. Então é uma convivência que eu considero muito boa, até porque é uma convivência que eu procuro cultivar bastante, porque é a recepção, é a chegada, é a ambientação do aluno na universidade, é a tentativa de não afugentá-los, de não evadir, de não abandonar o curso. Tento adotar algumas metodologias durante o semestre para atingir os objetivos, que é construir com ele noções gerais, que eles consigam falar por eles próprios e escrever por eles próprios, as noções gerais daquilo que é cobrado no primeiro semestre, na minha disciplina, sobre fonte, sobre tempo, espaço, o ofício.

JR: Prof. Rameres, agora mais duas perguntas que eu acredito que elas se entrelaçam Quais outras áreas são do seu interesse e quais espaços socioculturais você gosta de estar, que agregam o seu viver?

JRR: Rapaz, é bastante complexa, fiquei até engasgado para responder essa pergunta. Existe algo mais formal. Como professor de História, eu estive como professor colaborador no Mestrado Acadêmico em História da UECE-Itaperi e, atualmente, estou como colaborador do Mestrado Intercampi em Educação e Ensino, que é o nosso mestrado aqui da FAFIDAM. Mas eu estou basicamente com História da Educação Brasileira, então eu ministro essa disciplina dividindo-a com o professor Luíz Távora. Então, eu tenho feito um debate sobre a educação brasileira, mas muito dentro do aspecto do Estado, do papel do Estado e dos projetos. Mesmo assim, não chega a ser outra área, claro. Mas tenho me interessado também pelo debate ambiental, que está muito presente nessa minha representação externa da FAFIDAM. Mas isso puxa, também, para a questão da Eco-História



E outro interesse que tenho, na verdade, tem sido a literatura; tenho, inclusive, neste semestre, adotado alguns textos. Eu tenho dado um passeio nos contos da literatura russa, francesa, norte-americana, brasileira, para, a partir do conto, fazer uma incursão no texto historiográfico, fazer uma ambientação e pegar elementos históricos perceptíveis, numa outra forma de escrita que não a escrita do historiador, mas do literato. E o conto é um texto mais curto, ele acaba sendo mais palatável, o começo, meio e fim estão muito próximos. Há contos que a gente utiliza que se não compreendermos contextos históricos e transformações ocorridas na sociedade, não se vai compreender também o enredo que está presente naquele conto. Então tenho me interessado bastante pelos contos, pela literatura.

Um outro interesse também, é o cinema. Eu e Joel Neto, ex-aluno e bolsista do PET-MEC, estamos esperando a publicação de um artigo sobre cinema. Na verdade, é um projeto de uns professores lá da UFC. A gente escreveu sobre o filme *O Amor Está no Ar*. Então são coisas que, de certa forma, eu ando passeando.

Mas sempre passeei pela música, a música sempre foi a minha paixão, não como executor de nenhum instrumento, nem como compositor, mas como alguém que escuta e sabe escutar isso. Já pensei em qualquer momento trocar os contos por música, por letras de música. Então são os ambientes que eu frequento no trânsito entre a história e as expressões culturais.

CB: *Como você trabalha a relação entre pesquisa e ensino?*

JRR: Bom, embora eu esteja nas disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História, nós temos buscado, nos últimos semestres, alguma vinculação com as escolas, com o intuito dos nossos discentes saberem o que a escola guarda em termos de documentação que pudéssemos enxergar a dimensão histórica. Como é no primeiro semestre, ainda não há uma cobrança muito rigorosa para a realização desse trabalho, é mais um contato dos alunos com possíveis fontes de pesquisa.

Então, quem mais domina, no meu entendimento, a reflexão histórica, melhor encontra possibilidades e soluções para os desafios do ensino. Então, a dificuldade que o aluno em formação tem em lidar com a fonte, com a leitura do texto historiográfico e de fazer o casamento, a leitura, o diálogo entre eles. Com certeza terá mais dificuldade de lidar com as questões que aparecem no

campo do ensino. Quem mais se habilita na leitura e na escrita historiográfica. A fonte é uma leitura que nós estabelecemos com ela, quer seja ela escrita, oral, iconográfica. É um nível de leitura interpretativa da fonte que a gente vai inquirir os sentidos que estão subjacentes aquele material que nós estamos trabalhando. Lê o texto historiográfico e faz o diálogo, perguntas ao texto, vem para a fonte e pergunta para as fontes, fazendo isso com habilidade. Esse é o raciocínio histórico, é a reflexão, refletir com os autores, mas refletir com o tempo, com o espaço, o agora, o antigamente, o aqui. Mas essas habilidades são fundamentais e nós conseguimos apreender isso na atividade, na nossa formação acadêmica, submetendo a esses exercícios de leituras e de confronto de leituras, para daí surgirem as nossas interpretações, conclusões, análises, como queiram.

CB: *O que é história para você e como sua definição atravessa suas escolhas teóricas e metodológicas na sala de aula?*

JRR: O que é história? A pergunta, talvez, mais difícil de se responder, até para nós historiadores e historiadoras, porque é uma resposta que se modifica. Eu tenho a ideia de que a história ela tem um sentido ambivalente, queiramos ou não, porque tem um sentido da realidade que nós denominamos como história, e, tem o sentido da ciência, da historiografia. Então é um termo que é ambivalente que, muitas vezes, os nossos alunos e alunas não conseguem compreender a ambivalência do termo. Por isso que opto por, muitas vezes, falar de historiografia. Então a história existe nessa ambivalência, nessa própria complexidade de que nós que estudamos histórias temos de defini-la.

Claro que é um problema atrelado a nossa língua, colocar o objeto e o campo de conhecimento numa mesma palavra, isso traz uma dificuldade. E uma outra dificuldade inerente é essa associação da história com o passado, ela está no senso comum, mas ela não pode sobreviver na universidade, com os nossos alunos(as) e professores(as). Para lembrarmos Marc Bloch, a história não é a ciência do passado, história é a ciência do homem no tempo, porque seu sujeito histórico é temporal, nós não somos capazes de perceber as vicissitudes do próprio processo histórico, então essa é uma dificuldade.

Então, quando nós conseguimos e rompemos com essa ideia de que a história é a ciência do passado, a gente dá um salto qualitativo na nossa formação, quando a gente consegue separar essas



questões. É uma ciência, evidente, do tempo, mas também do espaço histórico e não do tempo e do espaço metafísico, cronológicos. Então a historicidade é essa capacidade de perceber o homem e o espaço num determinado momento e que ele age a partir das condições culturais que lhe são oferecidas naquela oportunidade, ou da sua condição de estar naquela sociedade. Nem todos os homens e mulheres de um período vivem as mesmas oportunidades, como agora no presente, se nós esquadriarmos o nosso presente, vamos ver que há injustiças que se apresentam para um conjunto da sociedade que também existiam em épocas pretéritas. O sujeito social e o lugar que ele ocupa na sociedade também nos traz elementos definidores de um processo histórico.

Então a história é isso tudo. Eu compreendo a história com essas dificuldades de definição. Mas a história é uma ciência que, enquanto ciência, tem sua historicidade. Então, os mecanismos interpretativos, conceituais ou de materiais, também tem sua historicidade e não estavam dadas certas condições de trabalho para os historiadores lá do final do século XIX, como estão dadas agora no século XXI. Então tudo tem sua historicidade, tudo tem sua história: a história tem sua história, o tempo tem sua história, o espaço tem sua história. Então, contar essa história juntando o tempo, o espaço e os indivíduos, é o nosso objetivo. Como diria Ilmar Matos, nós temos que ler e escrever para contar, que é o objetivo final, pois não existe uma história sem o arremate final que é a cereja, que é a narrativa. Daí as leituras serem tão importantes, porque elas nos darão arsenal narrativo lá no final.

Mas, claro, toda história tem que ter suas fontes de onde nós construímos nossas assertivas, de onde nós narramos. Não terá valor nenhum se o que nós contamos não for verificável. Por que nós indicamos as fontes? Porque qualquer pessoa pode verificar se nós estamos realmente partindo daquele material, excluindo-se, daí, a possibilidade de uma verdade absoluta. História é isso, essa é a perspectiva, eu não sei onde ela se enquadra muito.

JR: *Vou começar com afirmação e depois uma pergunta. Nas palavras de Rubem Alves, “ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma, quando ensinamos, continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...”. Apesar das graves problemáticas que envolvem a educação básica e universitária no Brasil, o que você tem a dizer sobre essa afirmação do Rubem Alves?*



JRR: É sempre muito sábia a fala que nós extraímos do Ruben Alves, daquilo que ele escreveu. Eu tenho acordo com essa afirmação, porque eu lembro de todos os meus professores. Eles, de certa forma, sobrevivem em mim. Eu não esqueço, por exemplo, uma professora que foi minha professora no Lauro Rebouças, que era professora da FAFIDAM. Quando nós éramos ainda adolescentes, ela nos levou para visitar a FAFIDAM, aquilo me marcou profundamente. Não vou dizer que é por isso que eu estou lá há 30 anos como docente, quatro como discente, não é por causa disso, mas foi uma atividade que ficou marcada, que permitiu unir o passado ao presente ainda nas minhas memórias.

É aí onde está, talvez, corroborando, se tiver entendido bem as palavras do Rubem Alves, a dimensão da imortalidade da atividade docente, essa sobrevivência em nós, ex-alunos. Estou falando em relação aos meus professores, mas que deverá acontecer também em relação aos nossos alunos, que, quando nos encontramos, sempre há um episódio, um momento narrável que teve conosco. Lembro também na minha especialização, foi muito importante uma professora, não que os outros não tenham sido, a professora Maria do Carmo. Olha que coincidência, a outra também era Maria do Carmo, a que foi minha professora no Lauro Rebouças. Rubem Alves tem toda a razão, a gente acaba se imortalizando.

JR: *No mês de abril de 2024, Renato Feder, secretário da Educação do Estado de São Paulo, anunciou o uso da Inteligência Artificial (IA) para produzir material digital para os alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Nesse contexto, para você, quais são os impactos do Chat GPT e da Inteligência Artificial (IA) na educação?*

JRR: Esse ainda é um fenômeno que poderíamos colocar dentro daquilo que é recente, então como é uma realidade muito recente, diria que é um processo inconcluso, não dá para tirar avaliações muito concretas. Mas, alguns sinais que, no meu entendimento, não são positivos, porque podem retirar o exercício prático necessário fundamental à formação do profissional na nossa área. Você recorrer a algo que é ligeiro e fácil, é algo que pode trazer muitas dificuldades nesse aspecto, para nós, que estamos com a responsabilidade de formar.



Mas como ferramenta existente, não dá para menosprezar. O que nós vamos fazer com ela? No meu entendimento, não é oficializar, como alguns estados tem feito, não só São Paulo, mas no próprio Paraná isso tá dentro de uma perspectiva dos investidores na educação, dos grandes grupos educacionais, financiado por instituições como Banco Mundial, Banco Inter-Americano, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, de precarizar o trabalho, ou subalternizar, ou uberizar o trabalho do professor, onde ele deixaria de ter o controle sobre suas ações. A nossa profissão ainda é uma daquelas que nós planejamos e executamos, nós temos um controle sobre ela, é evidente que há um currículo, existem as normas que nós seguimos, que não podemos desobedecer, mas dentro delas, nós é que elaboramos os conteúdos, encontramos as soluções, pensamos no processo avaliativo.

Então é uma precarização do trabalho docente, de torná-la menos importante, eu acho que a resposta passa pela capacidade organizativa dos professores, não só organização sindical, mas organização para o trabalho, porque não é cada um fazendo o seu, acho que é todo mundo fazendo um pelos outros, que é o mais difícil de se conseguir em uma comunidade de profissionais, num colegiado, numa escola, num grupo de trabalho, mas essa é a exigência. Talvez um dos enfrentamentos, porque para enfrentar a ferramenta, não tem como enfrentar a ferramenta já existente, nós temos que enfrentar é a desimportância e a precarização que está sendo dada com a existência dessa ferramenta que os governos querem oficializar como em substituição ao trabalho docente. Mesmo o material didático produzido pela Inteligência Artificial terá lacunas, como trabalho humanamente produzido, entendo eu.

CB: *Considerando o recorte temporal já vivido e o tempo que ainda tens a viver, quem é João Rameres? Como você se definiria para além da ótica do professor e pesquisador? Quem é você?*

JRR: Eu sou uma pessoa que me sinto bastante ativa, apesar da idade que eu tenho, e nunca olhei pensando que falta menos tempo para mim, do que o que eu já vivi, até porque eu não vou me consumir nesses pensamentos. Então eu sempre tenho projeto, eu sempre tenho futuro e continuo dizendo “sou uma pessoa, de certa forma, sortuda, felizarda”, porque eu cheguei a mais de 50 anos, agora em agosto eu faço 57. Mas, ainda aparecem para mim várias possibilidades de escolha, é claro



que elas vão se reduzindo com o passar do tempo, mas ainda aparecem escolhas para fazer tanto no campo profissional, como no campo pessoal, da vida de uma maneira geral.

Então eu me sinto essa pessoa que tem, teve um pouco de sorte na vida, de chegar nessa idade, ainda ter que fazer algumas escolhas, quando elas poderiam estar muito reduzidas, como estariam para muitos. Talvez possa estar enganado, mas sou essa pessoa que tem muita energia, tem energia para o trabalho, tem energia para a casa, tem energia para o lazer, tem energia para o exercício, tem uma energia para o movimento, tem uma energia de sobra por enquanto, espero continuar.

CB: *Por fim, qual sugestão ou conselho o senhor daria para quem decidiu ingressar no curso de história, em especial na FAFIDAM?*

JRR: A gente pode até, como se diz, malhar em ferro frio, mas o conselho é investimento nos estudos, investir nos estudos é investir em possibilidades futuras, em possibilidades, inclusive, de chegar em determinados momentos, de fazer escolhas, boas escolhas. Então, quando nós temos a oportunidade de escolher, é sinal de que nós fizemos investimento. Quando eu falei que sou uma pessoa sortuda, claro que eu ainda tenho possibilidade de escolher por aquilo que eu construí, tanto do ponto de vista acadêmico, como pessoal e familiar. Então, investir é tempo, é tempo para estudar, é tempo para ler, é seguir as orientações, as melhores que os nossos professores dão. Ninguém orienta mal, todos nós de uma forma diferente, todos nós do colegiado temos sempre um bom conselho e uma boa orientação, no tocante não só aos estudos, mas à própria vida.

Então é esse investimento que nós temos que fazer e não existe um investimento na nossa área, que não seja leitura e escrita, não conheço, mesmo que a leitura seja para descanso, seja uma leitura da literatura, seja um filme, essas coisas, mas é esse investimento que nós temos que fazer. Eu não consigo perceber um outro caminho a não ser trabalhar, porque todo e qualquer caminho só se faz no caminhar, não tem um caminho pronto para a gente. Nós não podemos desconsiderar que há uma estrutura social, há uma desigualdade tentando desconstruir os nossos caminhos, não vamos nos iludir em relação a isso, mas nós vamos pavimentando o nosso caminho a partir do momento em que nós vamos investindo bastante nos nossos estudos, na nossa leitura. Quando a gente deixa para depois algo que poderia fazer logo, vai ter que refazer esse caminho, essa pedra que você deixou



de colocar, vai ter que voltar e colocar novamente, porque vai ficar uma estrada mal pavimentada e você vai ter que voltar e corrigir. Então não dá para perder tempo, é curto o tempo. Tá na universidade? Estuda, lê, participa dos programas, se tiver oportunidade de bolsa, ingressa, sabendo que a bolsa quer seja do PET, do PIBID, na Monitoria, requer trabalho, mas estará investindo.